



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

**AO EXCELENTÍSSIMO(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 7ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Ref.: Distribuição por dependência ao Processo Judicial nº 1044817-78.2025.4.01.3400

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal criada pela Lei nº 8.029/90 e Decreto nº 99.350/90, inscrita no CNPJ sob o nº 29.979.036/0001-40, com endereço no “SETOR SAUS QUADRA”, nº 02, BLOCO “O”, 6º ANDAR, ASA SUL, BRASÍLIA/DF, CEP: 70.070-946, representado judicialmente pela Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, através do Procurador Federal *in fine* assinado, constituído ex lege, e a **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, representada pela Advocacia-Geral da União, por intermédio do Advogado da União infra-assinado, com mandato *ex vi legis* (art. 131 da CRFB/88 c/c Lei Complementar nº. 73/93), vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência propor:

**TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR ANTECEDENTE
(INDISPONIBILIDADE DE BENS c/c QUEBRA DE SIGILOS BANCÁRIO E
FISCAL)**

EM FACE DE:

**A) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E
IDOSOS (ASBRAPI)**, inscrita no CNPJ sob o n. 41.191.842/0001-55, localizada
na Rua Barão de Penedo, 187 - Centro, Maceió - AL, 57.020-340 MACEIO, AL;



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

e seu presidente **CLAUDEMILSON FERNANDES LIMA**, inscrito no CPF sob o n. 112958134-91, com endereço na Rua do Livramento, 245, Sala 04, Centro, Maceió/AL, CEP 57020-030;

- B) ASSOCIAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL – ASABASP**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.034.197/0001-67, com endereço na Rua Prado, nº 9, bairro Santa Cruz, CEP 23.555-012, Rio de Janeiro/RJ;
- C) ASSOCIAÇÃO NO BRASIL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – APBRASIL**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.001.558/0001-79, com endereço na Rua do Trabalho 414, Bairro Rancho Novo, Nova Iguaçu/RJ, CEP 26.013-060; e
- D) CENTRO DE ESTUDOS DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS – CEBAP**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.152.106/0001-85, com endereço na Avenida Eusebio Matoso, 690, conjunto 89, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.423-000

I – PRELIMINAR: DO DESMEMBRAMENTO DO FEITO E DA DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA

Nos autos do Processo Judicial nº 1044817-78.2025.4.01.3400, o INSS e a União promoveram Ação Cautelar em desfavor de 24 pessoas jurídicas, bem como 36 pessoas físicas a elas conectadas, formulando pedido liminar de bloqueio de bens dos requeridos, móveis e imóveis, de valor apto a assegurar o efetivo e devido ressarcimento pelas fraudes identificadas na Operação *Sem Desconto*.

Contudo, em função da Decisão (ID 2186661466) prolatada naqueles autos, datada de 15 de maio de 2025, Vossa Excelência determinou o desmembramento do feito, impondo a observância dos seguintes critérios:

- i)** agrupamento dos réus conforme a natureza das condutas imputadas e/ou os vínculos fáticos entre os atos lesivos alegados;
- ii)** inclusão de, no máximo, 05 (cinco) réus por processo desmembrado, para garantir a adequada tramitação; e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

iii) preservação, em cada bloco processual, da conexão entre os fatos e as respectivas imputações, conforme narrativa da inicial.

Em cumprimento ao comando decisório, promove-se a presente Ação Cautelar, restringindo o polo passivo destes autos à **Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI)**, e seu respectivo Presidente, **Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP)**, **Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (APBRASIL)** e **Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP)**, totalizando **cinco réus**, em observância à determinação judicial e ao disposto no art. 113, §1º, do Código de Processo Civil.

Diante disso, requer-se o recebimento da presente Inicial, a qual deverá ser distribuída por dependência ao Processo Judicial nº **1044817-78.2025.4.01.3400**, em atenção ao determinado na Decisão (ID 2186661466) daqueles autos, bem como ao artigo 55 do Código de Processo Civil.

II – DA RESPONSABILIDADE DOS REQUERIDOS

A presente Tutela de Urgência de natureza Cautelar tem por objeto a decretação de indisponibilidade de bens das associações demandadas, seus respectivos dirigentes e membros do corpo diretivo de uma delas, em razão de sua vinculação direta aos atos ilícitos investigados no âmbito da *Operação Sem Desconto*, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União.

Os réus, portanto, desempenharam **papel decisivo** nos atos ilícitos objeto da investigação conduzida na *Operação Sem Desconto* e, por essa razão, devem ser responsabilizados pela prática de **atos lesivos contra a Administração Pública Federal**.

O contexto fático sob apuração abrange uma série de entidades associativas que celebraram **Acordos de Cooperação Técnica (ACTs)** com o INSS, com o objetivo de viabilizar descontos diretamente na folha de pagamento. Tais entidades encontram-se sob intensa investigação por parte da Autarquia, dos órgãos de controle e da autoridade policial. Dentre elas, destacam-se a **Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI)**, **Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP), Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (APBRASIL) e Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), sobre as quais recaem indícios robustos de que teriam sido criadas com o exclusivo propósito de viabilizar a fraude — tratando-se, portanto, de **entidades de fachada**. Há indícios de que suas constituições envolveu o uso de **"laranjas"**, bem como de que houve o pagamento de **vantagens indevidas a agentes públicos** para obtenção da autorização dos descontos questionados.

CNPJ	Nome da Associação	Ato Lesivo
41.191.842/0001-55	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (ASBRAPI)	Pagamento de vantagem indevida a agente público e entidade de fachada (art. 5º, incisos I e III, da LAC)
41.034.197/0001-67	ASSOCIAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL (ASABASP)	Pagamento de vantagem indevida a agente público e entidade de fachada (art. 5º, incisos I e III, da LAC)
41.001.558/0001-79	A ASSOCIAÇÃO NO BRASIL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (APBRASIL)	Pagamento de vantagem indevida a agente público e entidade de fachada (art. 5º, incisos I e III, da LAC)
09.152.106/0001-85	CENTRO DE ESTUDOS DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS (CEBAP)	Pagamento de vantagem indevida a agente público e entidade de fachada (art. 5º, incisos I e III, da LAC)

Conforme apurado nos autos do inquérito policial, as entidades investigadas **institucionalizaram a prática de realizar descontos associativos indevidos** nos benefícios previdenciários de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, resultando em **enriquecimento ilícito** em prejuízo do patrimônio individual dos beneficiários.

Em razão dessas apurações, o INSS, por meio de publicação no Diário Oficial da União em 05/05/2025, instaurou **Processos Administrativos de Responsabilização (PARs)** contra doze entidades associativas e seus respectivos dirigentes, incluindo as associações ora demandadas, diante da existência de material probatório robusto quanto à prática de atos de corrupção, nos termos definidos pela Lei nº 12.846/2013.

No caso concreto, verifica-se que as associações requeridas incorreram em infração ao disposto no **inciso III do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013**, uma vez que há **fortes indícios de que se utilizaram de interpostas pessoas físicas ou jurídicas para ocultar ou**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados, além da presença de fortes indícios de terem pagado vantagem indevida a agentes públicos, em violação também ao inciso I do artigo 5º da Lei n.º 12.846/2013.

Com efeito, no Relatório de Avaliação do INSS (Exercícios 2023 e 2024), elaborado pela Controladoria-Geral da União e constante dos autos do Processo nº 35014.173346/2025-18, anexado em sua integralidade, **verificou-se que 100% da amostra de entrevistados não reconheceu os descontos realizados pelas Requeridas ASBRAPI, ASABASP e CEBAP em seus benefícios e 84,6% em relação à AP Brasil.**

Ademais, o relatório policial que subsidia o processo 35014.173346/2025-18, anexado em sua integralidade, em relação à ASBRAPI, apontou repasses de **R\$ 165.022,29** (cento e sessenta e cinco mil, vinte e dois reais e vinte e nove centavos) e **R\$ 291.851,18** (duzentos e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e dezoito centavos) à **ADS Soluções**, destacando que: (fl. 303 – 726_PDFsam_SEI_35014.173346_2025_18):

ADS (CNPJ: 49.482.299/0001-57), cujo sócio é **IVALDO CARVALHO SILVEIRA (procurador/representante legal do INSTITUTO GUADALUPE)**, é uma das maiores beneficiárias de recursos advindos da UNIVERSO, da ACOLHER, da ASBRAPI (CNPJ 41.191.842/0001-55) e do INSTITUTO GUADALUPE, além de ser remetente de valor importante para **THJ CONSULTORIA** e **ERIC FIDELIS ADVOCACIA**, empresas respectivamente da mulher de **VIRGILIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO** (procurador federal do INSS) e do filho de **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS** (ex-diretor de benefícios e relacionamentos com o cidadão do INSS) (grifo no original)

Quanto à ASABASP, relatório do Tribunal de Contas da União, que igualmente subsidia o processo 35014.173346/2025-18, destaca que **89,84% das ocorrências** registradas no site Reclame Aqui em face da Requerida diz respeito à realização de **cobranças indevidas**. Em acréscimo, o relatório policial indicou que a Associação fez **repasso de R\$ 73.715,82** (setenta e três mil, setecentos e quinze reais e oitenta e dois centavos) à **Prospect Consultoria Empresarial LTDA**, que, conforme apontado em quadro abaixo, operava como intermediária do esquema fraudulento.

A **AP Brasil** apresentou um índice de **89,49% das reclamações** registradas no site Reclame Aqui relacionadas a cobranças indevidas, conforme apurado no relatório do Tribunal de Contas da União.

O **relatório policial** destacou que a referida associação também efetuou **repasses à empresa Prospect Consultoria Empresarial LTDA** (fl. 329 –



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

726_PDFsam_SEI_35014.173346_2025_18), no valor de **R\$ 1.371.338,74** (um milhão, trezentos e setenta e um mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos), e à **ACCA Consultoria Empresarial** (fl. 279 – 726_PDFsam_SEI_35014.173346_2025_18), no valor de **R\$ 473.340,70** (quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e quarenta reais e setenta centavos). Esta última empresa encontra-se igualmente envolvida na denominada “**farra do INSS**”, sendo seu sócio o Sr. **Romeu Carvalho**, filho de **Antônio Carlos Camilo Antunes**, conhecido como “**Careca do INSS**” (fl. 240 – 1_PDFsam_SEI_35014.173346_2025_18).

Consta, ainda, que a **ACCA Consultoria Empresarial** realizou transferência no valor de **R\$ 140.000,00** (cento e quarenta mil reais), via PIX, ao **Centro Médico Vita Care**, estabelecimento vinculado à **Thaís**, esposa do Procurador Federal **Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho** (fl. 284 – 1_PDFsam_SEI_35014.173346_2025_18).

Destaca-se, no que se refere às empresas que receberam valores das associações **ASABASP** e **AP Brasil**, que (fl. 284 – 1_PDFsam_SEI_35014.173346_2025_18):

ii) **PROSPECT CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (44722047000134)** e **ACCA CONSULTORIA EMPRESARIAL - EIRELI – ME (20182270000178)**

Como visto acima de maneira reiterada, a **PROSPECT CONSULTORIA** e a **ACCA CONSULTORIA** são empresas de **ANTONIO CARLOS CAMILO ANTUNES (CPF 279.758.601-82)**.

Logo, o “**CARECA DO INSS**” repassou valores a pessoas jurídicas de **THAISA HOFFMANN JONASSON**, companheira de **VIRGILIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO**, Procurador-Geral da PFE-INSS, e diretamente a **ALEXANDRE GUIMARÃES**, ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS e à pessoa jurídica a ele vinculado. (grifo no original)

Por fim, no que se refere à **CEBAP**, o relatório policial destacou que (fl. 279 – 367_PDFsam_SEI_35014.173346_2025_18):

Segundo consta no RIF 111484 o faturamento médio da empresa de R\$ 2.003.333,33, **não ampara a movimentação no período analisado, visto que a conta acolheu o montante a crédito no valor de R\$ 53.506.395,60.**

Novamente percebe-se que a movimentação financeira entre a **CEBAP** e as empresas de **MAURICIO CAMISOTTI** indicam circularização de fundos, onde o dinheiro é enviado e recebido de volta para dar a impressão de transações legítimas. (grifo nosso)

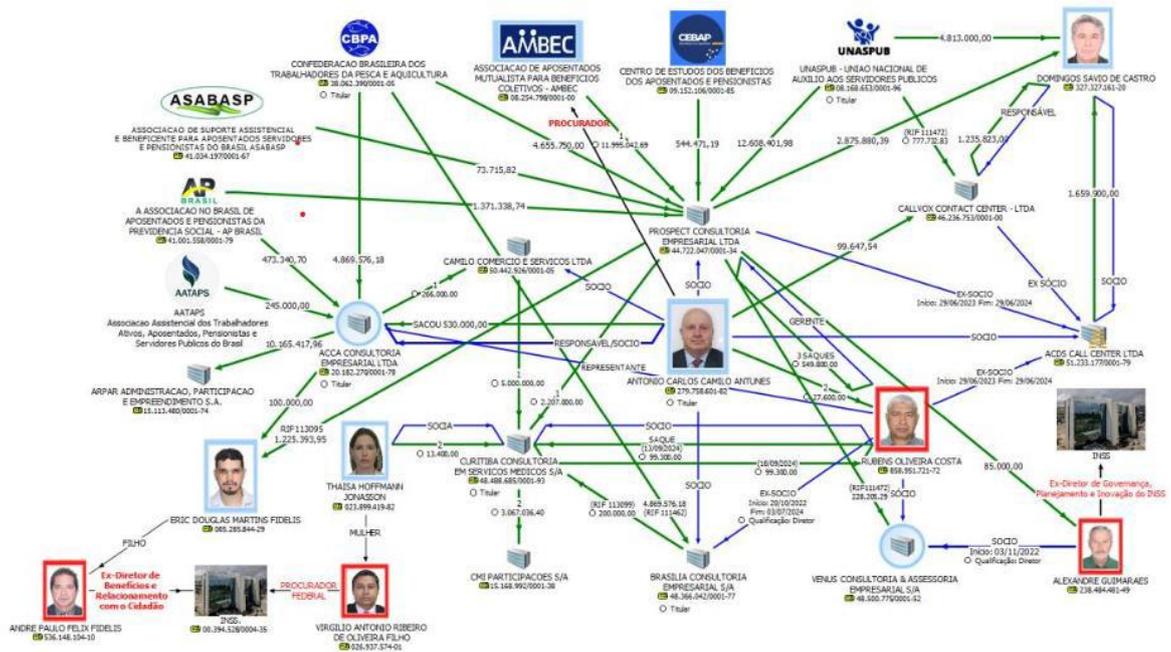
Ressaltou-se, ainda, que a referida associação **mantém vínculo direto com a empresa BENFIX**, a qual atua como operadora financeira responsável pela distribuição de



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

valores aos seus usuários finais. Constatou-se que a BENFIX recebe diretamente recursos das associações investigadas, ao mesmo tempo em que efetua transferências financeiras em favor dessas mesmas entidades, prática que aponta para indícios de mecanismos típicos de lavagem de dinheiro, voltados à ocultação da real origem dos recursos. Tal método resulta na criação de um rastro financeiro deliberadamente confuso e fragmentado, dificultando a identificação da efetiva origem e destinação dos valores movimentados (fls. 268-269 – 367_PDFsam_SEI_35014.173346_2025_18).

O relatório policial identificou, ainda, que a ASABASP, AP Brasil e o CEBAP, em conluio com outras associações, efetuaram repasses a diversas empresas que realizaram pagamentos indevidos a agentes públicos, senão vejamos o quadro demonstrativo:



Verifica-se, portanto, que as associações requeridas efetuaram repasses a empresas que, por sua vez, realizaram pagamentos indevidos a agentes públicos, conduta esta que se amolda ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013, configurando ato lesivo à administração pública, nos termos ali previstos.

Por fim, é imperioso que o objeto da presente pretensão — a decretação da medida de indisponibilidade de bens — alcance também o Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI). Isso porque as referidas



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

peças jurídicas foram utilizadas como instrumento para a prática de ilícitos de natureza penal, administrativa e civil, funcionando como meio para a captação de vantagens indevidas oriundas de recursos ilícitamente subtraídos dos benefícios de aposentados e pensionistas. Nessas circunstâncias, impõe-se a aplicação dos arts. 3º e 14 da Lei nº 12.846/2013. Com efeito, o Presidente teve participação determinante no desenvolvimento do esquema fraudulento, valendo-se da estrutura jurídica das entidades para encobrir e dissimular os atos ilícitos descritos na legislação de regência.

III – DO DANO E DA MULTA

As associações réas receberam, por meio de descontos associativos, os valores de **R\$ 372.676.515,65** (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado.

CNPJ	Nome da Associação	Impacto	Período de descontos
41.191.842/0001-55	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (ASBRAPI)	R\$ 16.911.570,21	Mar/2024 a Mar/2025
41.034.197/0001-67	ASSOCIAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL (ASABASP)	R\$ 22.930.006,65	Ago/2023 a Mar/2025
41.001.558/0001-79	A ASSOCIAÇÃO NO BRASIL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (APBRASIL)	R\$ 137.011.939,12	Set/2022 a Mar/2025
09.152.106/0001-85	CENTRO DE ESTUDOS DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS (CEBAP)	R\$ 195.822.999,67	Mai/2023 a Mar/2025

Ademais, as associações requeridas **efetuaram repasses a diversas empresas envolvidas no pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos**, totalizando, até o presente momento, o montante de **R\$ 2.919.739,92** (dois milhões, novecentos e dezenove mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos), conforme discriminado a seguir.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CNPJ	Nome da Associação	Repasses
41.191.842/0001-55	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (ASBRAPI)	R\$ 456.873,47
41.034.197/0001-67	ASSOCIAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL (ASABASP)	R\$ 73.715,82
41.001.558/0001-79	A ASSOCIAÇÃO NO BRASIL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (APBRASIL)	R\$ 1.844.679,44
09.152.106/0001-85	CENTRO DE ESTUDOS DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS (CEBAP)	R\$ 544.471,19

Em razão desses repasses indevidos, as associações devem ser **responsabilizadas pelos benefícios patrimoniais ilicitamente direcionados aos referidos agentes públicos**, decorrentes de sua participação no esquema de favorecimento. Tais transferências resultaram no **incremento indevido do patrimônio dos servidores Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, André Paulo Félix Fidelis e Alexandre Guimarães**, alcançando, apenas em relação a esses três agentes, a quantia de **R\$ 23.829.555,47** (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Com efeito, a existência de relações financeiras entre as entidades associativas e os agentes públicos vinculados ao INSS foi demonstrada pela Polícia Federal da seguinte forma:

3.1.6. VIRGILIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

Por meio da INFORMAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA (IPJ-R) 061/2024, demonstrou-se a existência de relações financeiras entre as entidades associativas e pessoas físicas e jurídicas ligadas a **VIRGÍLIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (CPF 026.937.574-01)**.

VIRGÍLIO é procurador federal da Advocacia-Geral da União e atua como Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social (PFE–INSS). (ID 2185493449, página PDF 281, dos autos originais 1044817-78.2025.4.01.3400)

[...]

Ao todo, pessoas físicas e jurídicas relacionadas a **VIRGÍLIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA** receberam um total de R\$ 11.997.602,70 de empresas intermediárias relacionadas às entidades associativas.

Cabe ainda ressaltar que **VIRGÍLIO, THAISA e suas empresas** realizaram diversas transações com imóveis desde 2020. **VIRGÍLIO** e pessoas diretamente relacionadas a ele tiveram um acréscimo de patrimônio imobilizado, no período, no valor de R\$ 6.332.542,48.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Posto isso, **VIRGILIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO** teve um incremento patrimonial de R\$ 18.330.145,18 advindo da “farra do INSS”. (ID 2185493449, página PDF 295, dos autos originais 1044817-78.2025.4.01.3400)

3.1.7. ANDRE PAULO FELIX FIDELIS

Por meio da INFORMAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA (IPJ-R) 064/2024, demonstrou-se a existência de relações financeiras entre as entidades associativas e pessoas físicas e jurídicas ligadas a **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS (CPF 536.148.104-10)**.

ANDRE FIDELIS é ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS (DIRBEN), setor responsável pela celebração dos ACTs com as entidades associativas. Em meio à onda de denúncias das fraudes, assinou pelo menos sete novos termos de cooperação com entidades associativas. Além disso, foi à festa de entidade investigada pela realização de descontos indevidos. (ID 2185493449, página PDF 295, dos autos originais 1044817-78.2025.4.01.3400)

[...]

Ao todo, portanto, pessoas físicas e jurídicas relacionadas a **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS** receberam R\$ 5.186.205,0041 das empresas intermediárias relacionadas às entidades associativas. (ID 2185493449, página PDF 310, dos autos originais 1044817-78.2025.4.01.3400)

3.1.8. ALEXANDRE GUIMARÃES

Por meio da INFORMAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA (IPJ-R) 062/2024, demonstrou-se a existência de relações financeiras entre as entidades associativas e pessoas físicas e jurídicas ligadas a **ALEXANDRE GUIMARÃES (CPF 238.484.481-49)**.

ALEXANDRE GUIMARÃES é ex-Diretor de Governança e Gerenciamento de Riscos do INSS e ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS.

Figura também como sócio/responsável por várias empresas, dentre elas a **VENUS CONSULTORIA ASSESSORIA EMPRESARIAL SA (48500775000152)**. (ID 2185493449, página PDF 310, dos autos originais 1044817-78.2025.4.01.3400)

[...]

Ao todo, portanto, pessoas físicas e jurídicas ligadas a **ALEXANDRE GUIMARÃES** receberam R\$ 313.205,29 das empresas intermediárias relacionadas às entidades associativas. (ID 2185493449, página PDF 314, dos autos originais 1044817-78.2025.4.01.3400)

O valor referido deve, portanto, ser adotado como **parâmetro mínimo para a fixação da multa**, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), combinado com o art. 25, inciso I, do Decreto nº 11.129/2022, compreendendo-se nesse conceito os valores correspondentes às vantagens indevidas prometidas ou pagas a agente público ou a terceiros a ele relacionados, conforme expressamente previsto no art. 26, §2º, do Decreto regulamentar. OBJ



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Assim, a **soma dos montantes de R\$ 372.676.515,65** (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos) e de **R\$ 23.829.555,47** (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) representa, neste momento, o **parâmetro inicial para a fixação da medida cautelar patrimonial**. Por essa razão, o **bloqueio de bens dos requeridos deve alcançar, no mínimo, tal valor**, conforme individualizado nos autos, **sem prejuízo de futura ampliação**, caso surjam elementos que revelem prejuízo ainda maior ao patrimônio do INSS.

IV – DOS REQUISITOS PARA O DEFERIMENTO DA LIMINAR

Diante desse cenário, dado os significativos descontos indevidos praticados pelos Réus, os Autores pugnam pelo deferimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa, e, especialmente, da reparação do dano que potencialmente recairá sobre o INSS.

Nesse sentido, é importante frisar que a Lei nº 12.846, de 2013, prevê a possibilidade de ajuizamento e adoção de medida cautelar de bloqueio patrimonial dos envolvidos, em perfeita consonância com a efetividade do processo, como forma de assegurar a eficácia de eventual decisão favorável à pretensão que ora se apresenta. Confira-se, a propósito, o disposto no seu art. 19, §4º:

Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:

(...)

§ 4º O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público **poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado**, conforme previsto no art. 7º, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.
(Grifo Nosso)

Essa diretriz encontra reforço nas normas que integram o microsistema anticorrupção, voltado à proteção e à recomposição do patrimônio público, tanto em sua dimensão econômica quanto social.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Em harmonia com a previsão da Lei Anticorrupção, o art. 16 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, também autoriza expressamente o pedido de indisponibilidade de bens nas ações por improbidade administrativa, tanto de forma antecedente quanto incidental, com o objetivo de garantir a recomposição do erário ou o ressarcimento decorrente de enriquecimento ilícito:

Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

Tais dispositivos demonstram, de forma inequívoca, o amparo legal para o requerimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens como instrumento essencial para assegurar a efetividade das pretensões ressarcitórias do Estado.

Embora não garanta de pronto a satisfação para a Fazenda Pública, com o imediato ingresso do crédito em seus cofres, a medida de indisponibilidade cautelar confere a segurança de que, na futura reparação dos danos ao erário, as medidas constritoras irão surtir efeito, em razão de possibilitar que o patrimônio dos infratores já seja conhecido e esteja devidamente protegido.

Além disso, acrescenta-se que a presente medida visa tão somente tornar indisponíveis os bens dos requeridos com vistas à satisfação do dano ao erário, de forma total ou parcial, quando da futura cobrança.

Enfim, a tutela cautelar traduz-se em meio adequado à preservação de outro direito, o direito a ser acautelado (ressarcimento ao erário e pagamento da multa), objeto da futura tutela satisfativa e tem previsão, além do citado artigo 19 da Lei 12.846/2013, no artigo 4º da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública).

Ademais, diante da gravidade dos indícios e com o objetivo de **impedir a continuidade de condutas lesivas ao erário**, bem como de **evitar o enriquecimento ilícito às custas do patrimônio dos beneficiários legais dos recursos desviados**, impõe-se igualmente, de forma cautelar, a **aplicação da sanção prevista no art. 19, inciso II, da Lei nº 12.846/2013**, consistente na **suspensão das atividades das pessoas jurídicas sobre as**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

quais recaem fortes indícios de terem sido constituídas com o exclusivo propósito de viabilizar a prática de fraudes contra a Administração Pública, figurando como entidades de fachada, estruturadas por meio de pessoas interpostas (“laranjas”), notadamente por sua natureza simulada e desvinculada de qualquer atividade empresarial legítima.

Requer, ainda, com amparo no artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, e considerando a orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.941, quanto à legitimidade da imposição de medidas executivas atípicas destinadas a assegurar a efetividade das decisões judiciais, o bloqueio de atividades financeiras das requeridas, incluindo operações com cartão de crédito, e a decretação da apreensão dos passaportes das pessoas físicas requeridas. Trata-se de medida proporcional e adequada, considerando as informações coletadas no Inquérito Policial da ocorrência de viagens internacionais provavelmente com recursos oriundos dos atos lesivos.

IV.1 DA PROBABILIDADE DO DIREITO

Feitas as considerações acima, passa-se a demonstrar a presença dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência.

A probabilidade do direito advém da robusta investigação levada à cabo pela CGU (relatório em anexo) e pela Polícia Federal na *Operação Sem Desconto* (IPL 2024.0045640- inquérito mãe - PJE 1070160-13.2024.4.01.3400). Os elementos de provas já identificados permitiram a **deflagração da operação com afastamentos de cargos, mandados de busca e apreensão, sequestro de bens e outras medidas acauteladoras do processo penal**.

É importante, pois, que sejam estendidos tais efeitos à esfera cível, eis que as implicações de natureza reparatória ao erário se submetem ao regime cível e administrativo.

Destaque-se que o conjunto probatório colhido e a vultosa escala de descontos indevidos ocorridos, bem como os fortes indícios de que, para que isso acontecesse, houve



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

a prática de atos de corrupção por prepostos e ou intermediários das referidas pessoas jurídicas, demonstram a robustez factual que merece ser acautelado por meio da presente medida, na forma do que prevê o art. 301, do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante **arresto**, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea **para assecuração do direito**.

IV.2 DO RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO

Em regra, o *periculum in mora* nas ações cautelares de arresto consubstancia-se na possibilidade de dilapidação do patrimônio da parte requerida, com o objetivo de frustrar a futura execução e como isso afastar o resultado útil do processo (artigo 300 CPC).

Entretanto, a necessidade de demonstração da dilapidação patrimonial não pode ser interpretada estritamente na presente ação cautelar. A defesa eficaz do erário e da probidade na gestão pública impõe uma interpretação que maximize a eficácia da cautelar de arresto em casos tão graves como o presente.

Em primeiro lugar, deve-se salientar que, a partir do momento em que os réus tomaram conhecimento da deflagração da operação (ocorrida no último dia 23 de abril), já existe grande risco de ocorrer a alienação dos bens que compõem seu patrimônio, ou até mesmo a retirada de valores depositados junto às instituições financeiras, tendo em vista a magnitude dos danos.

Para tentar coibir tal comportamento, a Lei n. 12.846/2013 previu a adoção da medida de indisponibilidade de bens, a fim de assegurar a eficácia do ressarcimento ao Erário nos casos de violações à Lei Anticorrupção. O dispositivo, contudo, deve ser interpretado de modo a permitir uma efetiva recomposição aos cofres públicos, e impedir que o investigado tenha condições de se desfazer de seu patrimônio antes que o Ente público lesado possa acioná-lo judicialmente.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Por outro lado, ressalte-se que é notória a dificuldade que os órgãos que atuam no combate à corrupção enfrentam para recuperar recursos públicos desviados ou mal geridos. Por essa razão, doutrina e jurisprudência têm voltado suas atenções para o estudo e aplicação de instrumentos e mecanismos que garantam efetividade às ações de ressarcimento e recomposição ao erário, por se tratar de matéria de interesse de toda a coletividade.

Com efeito os elementos coligidos informam que, dentre uma série de irregularidades, algumas das associações atuavam no mesmo endereço, outras tinham como responsáveis laranjas que passavam procurações para os verdadeiros operadores atuarem, o que mostra confusão patrimonial desde a origem com a tentativa de dissimular os verdadeiros beneficiários dos repasses irregulares.

Essas circunstâncias demonstram que a dilapidação patrimonial já está em curso **e que na verdade o esquema foi montado com essa arquitetura para impedir a real constatação dos beneficiários das referidas pessoas jurídicas.**

O **risco de dilapidação** é concreto e não abstrato, pois desde a origem o intuito era o de esconder os reais beneficiários das referidas entidades, bem como permitir uma rápida transferência patrimonial entre pessoas jurídicas e físicas para dificultar o rastreamento conforme amplamente destacado acima.

É o caso de uma atuação singular dada a magnitude e complexidade da fraude perpetrada que tinha na sua origem a rápida pulverização das quantias obtidas ilicitamente.

Ademais, conforme documento em anexo, o balanço do segundo dia de consultas sobre descontos de entidades associativas no **INSS revela dados preocupantes**. Dos 1.069.201 beneficiários que verificaram os descontos, **1.051.238 não autorizaram e solicitaram reembolso**, enquanto apenas 17.963 aprovaram os valores. Além disso, 41 entidades foram contestadas. Especificamente em relação às associações rés na presente ação foram apresentados **73.721 requerimentos**, divididos da seguinte maneira: 6.294 (ASBRAPI), 4.157 (ASABASP), 21.700 (APBRASIL) e 41.570 (CEBAP).



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Com 92,7% das consultas realizadas pelo Meu INSS e 7,3% pela Central 135, os números mostram a necessidade urgente das medidas requeridas na presente ação haja vista os significativos impactos causados.

IV.3. DA DISPENSA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA

Ressalta-se que, no presente caso, a decretação da tutela cautelar de arresto deve ser concedida independentemente de justificação prévia, justamente para que atinja a sua finalidade, conforme determina o art. 300, §2º, do CPC:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
[...]
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

Ademais, tendo em vista a gravidade dos fatos apurados pela CGU e pela Polícia Federal e a necessidade de se zelar pelo patrimônio público desviado, é imperiosa a concessão da medida requerida, independentemente de justificação prévia.

V – DAS PROVAS

Como prova do alegado junta-se:

1. Cópia da Inicial do Processo Judicial nº 1044817-78.2025.4.01.3400;
2. Cópia integral do Processo Administrativo nº 35014.173346/2025-18;
3. Ofício nº 7017/2025/SIPRI/CGU;
4. Ofício SEI nº 480/2025/PRES-INSS e seu anexo; e
5. Nota Técnica da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV;

Destaca-se que a Advocacia-Geral da União já solicitou ao Juízo Criminal da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal autorização para compartilhamento das provas produzidas no IPL 2024.0045640 – inquérito mãe (PJE 1070160-13.2024.4.01.3400), dos outros procedimentos investigatórios, medidas acautelatórias e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

quebras de sigilos decorrentes dos fatos descritos na presente ação, documentos esses que serão acostados aos autos tão logo seja deferido pelo magistrado.

Como é cediço, a **privacidade e o sigilo bancário e fiscal**, ainda que assegurados constitucionalmente (art. 5º, inciso X, da Constituição Federal), **não possuem caráter absoluto**, devendo ceder **diante da prevalência do interesse público**. No caso em tela, tal interesse manifesta-se na **necessidade de fiscalização e apuração de possíveis lesões ao patrimônio público**, obrigação que se impõe ao Estado. Assim, o acesso às informações bancárias e fiscais dos investigados justifica-se plenamente como **instrumento indispensável à efetividade da tutela coletiva e ao esclarecimento dos fatos**, especialmente diante da gravidade dos indícios apurados.

Não por outra razão, o Supremo Tribunal Federal há muito admite a sua relativização, conforme jurisprudência abaixo colacionada:

"CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OFENSA À CONSTITUIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. SIGILO BANCÁRIO. QUEBRA. MEDIANTE ORDEM JUDICIAL. PRECEDENTES. (...) **O entendimento desta Suprema Corte consolidou-se no sentido de não possuir caráter absoluto a garantia dos sigilos bancário e fiscal, sendo facultado ao juiz decidir acerca da conveniência da sua quebra em caso de interesse público relevante (...)**" (STF. AI-AgR 541265. Relator: Min. Carlos Velloso. Julgamento: 04/10/2005. DJ 04/11/05, p. 30)

Nesse contexto, desde já, presentes indícios de condutas contrárias ao interesse da Administração Federal, a pretensão ora visada reveste-se de indubitável interesse público, o que legitima a atuação do Poder Público e do juízo, de modo que se **pugna, por força do art. 381, inciso III, do Código de Processo Civil c/c art. 1º, §4º, da Lei Complementar nº 105/2001, pela quebra dos sigilos bancário e fiscal dos requeridos**.

A medida deve abarcar o período de **jan/2019 a Mar/2025**, lapso temporal objeto de apuração no âmbito do **Processo Administrativo nº 35014.173346/2025-18**, decorrente do início dos descontos indevidos associativos, como medida necessária à elucidação dos fatos em sua integralidade. O levantamento dos dados bancários e fiscais é essencial para verificar a real capacidade econômica dos requeridos, atestando os fatos até



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

ora imputados, bem como evita a ocultação ou dilapidação de bens, configurando-se, portanto, como medida instrutória legítima e adequada à tutela jurisdicional efetiva.

VI – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Instituto Nacional do Seguro Social e a União requerem:

A. O recebimento da presente **Inicial**, distribuída por dependência ao Processo nº **1044817-78.2025.4.01.3400**, com a concessão de TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE, *inaudita altera pars*, nos termos do artigo 19, §4º, da Lei n. 12.846/2013 e dos artigos 300, 301 e 305 do Código de Processo Civil, para:

1. Decretar a **INDISPONIBILIDADE DE BENS E ATIVOS FINANCEIROS** da **Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI)**, e pessoa física a ela relacionada, **Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP)**, **Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (APBRASIL)** e **Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP)**, por meio do SISTEMA SISBAJUD, com ordem direcionada a todas as instituições financeiras sediadas no País, com a indisponibilização imediata dos valores creditados às contas dos requeridos, bem como dos valores mantidos, em seus nomes, em fundos de investimento de qualquer natureza, até o montante total do dano estimado de **R\$ 372.676.515,65** (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), na proporcionalidade discriminada abaixo, acrescido do montante total do proveito econômico estimado de **R\$ 23.829.555,47**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

(vinte e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), como parâmetro mínimo de multa relativo ao pagamento de vantagem indevida, nos termos do art. 6º, inciso I, da LAC c/c art. 25, inciso I, do Decreto nº 11.129/2022;

CNPJ	Nome da Associação	Impacto	Multa
41.191.842/0001-55	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (ASBRAPI)	R\$ 16.911.570,21	R\$ 23.829.555,47
41.034.197/0001-67	ASSOCIAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL (ASABASP)	R\$ 22.930.006,65	
41.001.558/0001-79	A ASSOCIAÇÃO NO BRASIL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (APBRASIL)	R\$ 137.011.939,12	
09.152.106/0001-85	CENTRO DE ESTUDOS DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS (CEBAP)	R\$ 195.822.999,67	

2. DETERMINAR, expressamente, a INDISPONIBILIDADE DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS dos requeridos, pessoas



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

jurídicas e pessoa física a ela vinculada, cadastrados nos seguintes órgãos de registro, nos montantes estabelecidos no item a;

2.1 Departamentos de Trânsito (DETRAN);

2.2. Capitania dos Portos e Marinha do Brasil, para registro da indisponibilidade de embarcações;

2.3 Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para registro da indisponibilidade de aeronaves;

2.4 Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), para que seja averbada a indisponibilidade de bens imóveis em âmbito nacional; e

2.5 Juntas Comerciais dos Estados e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para averbação da indisponibilidade de quotas e ações societárias pertencentes aos requeridos;

3. DETERMINAR, expressamente, o BLOQUEIO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS DOS REQUERIDOS, incluindo operações com cartão de crédito E A DECRETAÇÃO DA APREENSÃO DOS PASSAPORTES da pessoa física requerida;

4. DETERMINAR, expressamente, o AFASTAMENTO DOS SIGILOS BANCÁRIO e FISCAL de todos os requeridos, pessoas jurídicas e pessoa física a ela vinculada, no período de **Jan/2019 a Mar/2025** e providências decorrentes a partir da obtenção junto às instituições financeiras dos extratos bancários de todas as contas correntes, contas poupanças e de investimentos, inclusive aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e compras de moeda estrangeira, cartões de créditos, bem como cópia dos documentos que deram suporte à



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

movimentação financeira, impressos e em meio magnético; assim como a obtenção dos dados fiscais via sistema **INFOJUD**;

5. DETERMINAR, expressamente, a EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ÀS CORRETORAS DE CRIPTOMOEDAS, com o objetivo de localizar e penhorar valores eventualmente existentes em nome dos requeridos; e
 6. DETERMINAR, expressamente, a SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS ATIVIDADES da **Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI)**, **Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP)**, **Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (APBRASIL)** e **Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP)**, por apresentarem fortes indícios de terem sido constituídas com o único propósito de viabilizar a prática de fraudes em desfavor da Administração Pública.
- B.** Após, a citação dos requeridos, para, no prazo legal de 5 (cinco) dias, contestarem o pedido e indicarem as provas que pretendem produzir, conforme inteligência do artigo 306 do Código de Processo Civil Brasileiro.
- C.** A juntada dos documentos que corroboram os fatos alegados, sem prejuízo da oportuna apresentação de outras provas que se mostrem necessárias no curso da instrução processual.
- D.** Efetivada as medidas cautelares, requer a intimação nos termos do artigo 308 do CPC para apresentação da Ação Judicial prevista no art. 19 da Lei nº 12.846/2013.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Dá-se à causa o valor de **RS 396.506.071,12** (trezentos e noventa e seis milhões, quinhentos e seis mil, setenta e um reais e doze centavos).

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 22 de maio de 2025.

RAFAEL MOREIRA
NOGUEIRA:86385550320

Assinado de forma digital por
RAFAEL MOREIRA
NOGUEIRA:86385550320
Dados: 2025.05.22 10:12:43 -03'00'

RAFAEL MOREIRA NOGUEIRA

Procurador Federal

RANIERE ROCHA
LINS:09103947416

Assinado de forma digital por
RANIERE ROCHA
LINS:09103947416
Dados: 2025.05.22 10:23:24
-03'00'

RANIERE ROCHA LINS

Advogado da União